

Sem ele, um cruzado verde

Em recente debate na Subcomissão do Sistema Financeiro da Constituinte, o ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, ao defender para o Brasil um banco central independente, apontava o FED — Federal Reserve Board — o banco central dos Estados Unidos, como exemplo de autonomia e independência, e seu presidente, Paul Volcker, como figura mais importante do que o secretário do Tesouro.

De fato, nos últimos oito anos, período em que permaneceu no FED, Volcker viu desfilar vários secretários do Tesouro, que tentaram aplicar várias políticas fiscais, mas sempre se depararam com a barreira das atribuições de uma autoridade monetária pura, que equivale, como diz Simonsen, a um quarto poder, ao lado do Executivo, do Legislativo e do Judiciário: o poder Emissor. E com uma diferença: se a Constituição manda que os três poderes do Estado sejam harmônicos entre si, essa exigência não é válida para o poder Emissor, que pode e deve atuar em desarmonia com qualquer dos outros três poderes, desde que estes interfiram nas suas atribuições de controle monetário.

Volcker, como seu antecessor, Artur Burns, que também ficou anos a fio no FED e só saiu, como Volcker sai agora, porque deseja mudar de ares, e como seus colegas Gordon Richardson, da Inglaterra; Otto Emminger e Karl Otto P'ohl, da Alemanha e Guido de Carli, na Itália (este há 30 anos à frente do banco central de um país que praticamente a cada mês muda de governo) sempre teve uma atitude de independência e, se fosse necessário, de enfrentamento do Executivo e do Legislativo.

O melhor exemplo recente disso foi o desencontro entre a política monetária austera de Paul Volcker e a política fiscal expansionista do presidente Reagan. O resultado desse confronto foi, numa primeira etapa, até meados de 1982, uma recessão sem precedentes nos Estados Unidos, desde a grande depressão de 1930. Posteriormente, uma alta da taxa de juros que atraiu capitais de todo o mundo para os Estados Unidos, valorizando substancialmente o dólar no confronto com as demais moedas.

Essa valorização arruinou boa parte da agricultura e da indústria dos Estados Unidos, teve um dramático impacto na dívida externa brasileira e de outros países em desenvolvimento. Ocorreram então os enormes déficits comerciais dos Estados Unidos e o dólar começou a despenhar nos mercados internacionais. O resultado do confronto foi o declínio da 'r e a g a n o m i c ' s', restabelecendo-se o controle fiscal, sem que o FED abdicasse da rigidez da política monetária.

Segundo Simonsen, sem a resistência do FED de Volcker, a economia norte-americana, hoje, talvez estivesse com um melhor balanço de pagamentos, mas certamente com uma inflação insuportável, que transformaria o dólar numa espécie de cruzado verde. Evidentemente, se o Banco Central insiste em controlar a expansão monetária — como tenta agora no Brasil — e o Tesouro insiste em manter déficits exorbitantes, via subsídios, como o nosso agora, o resultado só pode ser desastroso.

Os oito anos que viram Volcker pontificar no FED assistiram à passagem de pelo menos dez presidentes do frágil e dependente Banco Central brasileiro, subordinado ao ministro da Fazenda e sempre com a cabeça do presidente a prêmio. Para o Brasil de 1987, vale até sacrificar um presidente de Banco Central para calar, pelo menos por alguns dias, as vozes de crítica dos políticos que reclamam contra a alta taxa de juros, sem entender (ou sem querer entender) que elas são, antes de tudo, no caso atual brasileiro, um reflexo da explosão inflacionária. O presidente do Banco Central caiu mas as taxas de juros não. E ninguém mais falou no assunto.